



APRESENTAÇÃO

Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG é uma publicação acadêmica, de acesso aberto, revisão por pares e publicação anual contínua (variados volumes ao longo do ano) da Universidade Estadual de Goiás. Seu objetivo é abrir espaços interdisciplinares para publicação de artigos, ensaios, resenhas e outros textos acadêmicos sobre o tema geral dos direitos humanos, com foco em temas relacionados a democracia, questões constitucionais e lutas sociais por direitos.

Em sua primeira edição de junho de 2022, a Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG apresenta discussões sobre os direitos humanos numa perspectiva crítica, refletindo sobre a maternidade e o trabalho doméstico, as narrativas jornalísticas e a culpabilização das mulheres, os direitos emancipatórios dos afro-brasileiros, os espaços de memória e práticas urbanas, o uso de drogas entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos, e os direitos dos povos indígenas

O primeiro artigo, “Maternidade e trabalho doméstico: quanto vale o cuidado? Análise a partir da teoria feminista do direito”, da Mestranda em Direito Agrário Julyana Macedo Rego (UFG), da Bacharela em Direito Sabrinna Orlando Fernandes (FACMAIS) e da Profa. Dra. Helga Maria Martins de Paula (UFJ), discute sobre a divisão sexual do trabalho associada à maternidade como um ato de amor para, com isso, conduzir uma análise do referido fenômeno sob a teoria do capital invisível investido na maternidade, da jurista feminista Ana Lúcia Dias.

O segundo artigo, “Quando os casos noticiados fazem parte do problema: uma análise sobre narrativas jornalísticas e a culpabilização das mulheres vitimadas em Goiás de 2016 a 2017”, da Mestre e Doutoranda em Direitos Humanos Rakell Dhamarys Moreira (PPGIDH/UFG), da Profa. Dra. Angelita Pereira de Lima (Reitora da UFG), do Prof. Dr. Carlos Ugo Santander Joo (PPGIDH/UFG), da Mestranda em Direitos Humanos Rosely Maria dos Santos (PPGIDH/UFG), e da advogada militante Áthara Esther Soares Souza, debruça-se sobre as narrativas dos jornais diários de Goiânia, *O Popular* e *Diário da Manhã*, entre 2016 a 2017, com a culpabilização das vítimas de estupro, estabelecendo, para isso, uma relação entre elas no intuito de identificar se há uma naturalização da violência de gênero nas publicações dos veículos de comunicação. Realiza, nesse sentido, uma análise de conteúdo entre as narrativas dos dois jornais para observar se os jornalistas reproduzem narrativas que favorecem a manutenção da violência de gênero.

O terceiro artigo, “Os direitos emancipatórios dos Afro-brasileiros no Supremo Tribunal Federal, os casos ADPF N. 186/12 e ADI 3239/18”, de Prof. Dr. Rodrigo Umbelino da Silva (Unicamp e IFSP), apresenta a forma que os direitos emancipatórios se apresentam no Supremo Tribunal Federal através de dois estudos de casos contidos na ADPF nº 186/12 e ADI nº 3239/18.



O quarto artigo, “Espaços de memória e práticas urbanas: narrativa autoritária e arquitetura na experiência de Vilanova Artigas durante a ditadura civil-militar brasileira”, do Prof. Me. Victor Hugo de Santana Agapito (PPGDA-UFG), analisa a experiência autoritária brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 por meio dos seus elementos narrativos e espaciais, tendo por base a vivência e obra do arquiteto João Batista Vilanova Artigas (1915-1985).

O quinto artigo, “Percepções dos coordenadores pedagógicos sobre o uso de drogas entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos numa escola pública do Distrito Federal”, do Prof. Me. Francisco Marcio Junior (UnB e SEE/DF), busca compreender as percepções dos coordenadores pedagógicos sobre o uso de drogas entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos, numa escola pública no Distrito Federal.

O sexto artigo, “A suspensão de segurança na contramão dos direitos dos povos indígenas no Brasil”, do Prof. Me. Breno de Campos Belém (UFPA e Unicamp), realiza uma reflexão sobre a violação dos direitos dos povos indígenas, especificamente por meio do mecanismo jurídico denominado suspensão de segurança, de forma a apontar um dos casos em que esta medida judicial fora tomada até o fim da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Há, por fim, uma entrevista com Simone Benck sobre a criação da Universidade do Distrito Federal (UnDF), da lavra do Prof. Dr. Fernando Lionel Quiroga (UEG e UNIFESP).

Anápolis/GO, 30 de junho de 2022.